

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA



ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº 23066.088587/2025-78)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 90050/2025, QUE
 FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
 E

A Universidade Federal da Bahia, com sede na *Rua Augusto Viana, s/n, bairro Canela*, na cidade de *Salvador/BA*, inscrito(a) no CNPJ sob o nº *15.180.714/0001-04*, neste ato representada pelo *Magnífico Reitor, Professor PAULO CÉSAR MIGUEZ DE OLIVEIRA*, nomeado pelo *Decreto de 12 de agosto de 2022*, publicada no *DOU de 12 de agosto de 2022*, portador da Matrícula Funcional nº *2367698*, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) *[CONTRATADO]*, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº *[CNPJ]*, sediado(a) na *[endereço]*, na cidade de *[cidade]/[UF]*, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por *[nome e função no CONTRATADO]*, conforme *[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]*, tendo em vista o que consta no Processo nº *23066.088587/2025-78* e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) *Pregão nº 90050/2025*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços *continuados de engenharia para manutenção preventiva e corretiva de Elevadores Eletromecânicos e Plataformas de Elevação Motorizadas para Pessoas com Mobilidade Reduzida, incluindo: Fornecimento de peças e materiais necessários à execução dos serviços; Resgate de passageiros 24 horas, garantindo segurança e acessibilidade contínua; Atendimento nas cidades de Salvador e Vitória da Conquista, para a Universidade Federal da Bahia (UFBA)*, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	CÓDIGO SIPAC	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANT	VALOR (R\$)
1	1	3917000000665	Instalação / Manutenção - Elevadores, Escadas Rolantes, Monta - Cargas / Plataforma / Escada CATSER 3557 Serviço de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças para 27 elevadores Thyssenkrupp e Atlas	UNID	1	xxx.xxx,xx

			Schindler na cidade de Salvador/BA, por 12 meses.			
	4	3917000000676	<p>Instalação / Manutenção - Elevadores, Escadas Rolantes, Monta - Cargas / Plataforma / Escada CATSER 3557</p> <p>Serviços eventuais executados sob demanda da Administração</p> <p>Obs.: Este item será objeto de lance da Proposta de preços com valor estimativo FIXO, NÃO PODENDO SER ALTERADO, e SERÁ EXECUTADO CONFORME DEMANDA da Administração a qual não se obriga nem se vincula a realizar sem solicitação interna.</p>	UNID	1	100.000,00
VALOR ESTIMADO DO GRUPO-1						xxx.xxx,xx
2	2	3917000000666	<p>Instalação / Manutenção - Elevadores, Escadas Rolantes, Monta - Cargas / Plataforma / Escada CATSER 3557</p> <p>Serviço de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças para 34 Elevadores e 1 Plataforma de diversas marcas nas cidades de Salvador/BA e Vitória da Conquista/BA, por 12 meses.</p>	UNID	1	xxx.xxx,xx
	5	3917000000677	<p>Instalação / Manutenção - Elevadores, Escadas Rolantes, Monta - Cargas / Plataforma / Escada CATSER 3557</p> <p>Serviços eventuais executados sob demanda da Administração</p> <p>Obs.: Este item será objeto de lance da Proposta de preços com valor estimativo FIXO, NÃO PODENDO SER ALTERADO, e SERÁ EXECUTADO CONFORME DEMANDA da Administração a qual não se obriga nem se vincula a realizar sem solicitação interna.</p>	UNID	1	120.000,00
VALOR ESTIMADO DO GRUPO-2						xxx.xxx,xx
3 (Exclusivo para ME/EPP)	3	3917000000667	<p>Instalação / Manutenção - Elevadores, Escadas Rolantes, Monta - Cargas / Plataforma / Escada CATSER 3557</p> <p>Serviço de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças para 10 Plataformas e 1 Monta-Carga de</p>	UNID	1	xx.xxx,xx

			diversas marcas na cidade de Salvador/BA, por 12 meses.			
	6	3917000000678	Instalação / Manutenção - Elevadores, Escadas Rolantes, Monta - Cargas / Plataforma / Escada CATSER 3557 Serviços eventuais executados sob demanda da Administração Obs.: Este item será objeto de lance da Proposta de preços com valor estimativo FIXO, NÃO PODENDO SER ALTERADO, e SERÁ EXECUTADO CONFORME DEMANDA da Administração a qual não se obriga nem se vincula a realizar sem solicitação interna.	UNID	1	20.000,00
VALOR ESTIMADO DO GRUPO-3						xx.xxx,xx
VALOR TOTAL ESTIMADO						xxx.xxx,xx

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de *empreitada por preço unitário*

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados do(a) **data de assinatura do contrato**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

- 2.3. *O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*
- 2.4. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*
- 2.5. *Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.*
- 2.6. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. *O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)*
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;
 - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
 - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
 - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de *um mês*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *um mês*;
- 8.1.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*
- 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 8.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
- 8.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- 8.1.18. *Exigir do CONTRATADO que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:*

8.1.18.1. *"As built", elaborado pelo responsável por sua execução;*

8.1.18.2. *Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;*

8.1.18.3. *Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;*

8.1.18.4. *Carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e*

8.1.18.5. *Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;*

8.1.19. *Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.*

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.36. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is);

ITEM	LOCAL	TIPO	MARCA	CAPACIDADE DE CARGA	PAR DA S	ENDEREÇO
1	Faculdade de Odontologia	Elevador Tipo Maca	Thyssenkrupp	16 pessoas / 1.200 kg	10	Av. Araújo Pinho, 62 - Canela, Salvador - BA, 40110-150
	Escola Politécnica	Elevador de Passageiros	Thyssenkrupp	8 pessoas / 600 kg	08	R. Prof. Aristides Novis, 2 - Federação, Salvador - BA, 40210-630
	Escola de Enfermagem	Elevador de Passageiros	Thyssenkrupp	8 pessoas / 600 kg	07	R. Basílio da Gama, 241 - Canela, Salvador - BA, 40231-300
	Instituto de Ciências da Saúde	Elevador de Passageiros	Thyssenkrupp	14 pessoas / 1.050 kg	06	Av. Reitor Miguel Calmon, s/n - Canela, Salvador - BA, 40231-300
	Instituto de Saúde Coletiva	Elevador de Passageiros	Thyssenkrupp	8 pessoas / 600 kg	06	R. Basílio da Gama, s/n - Canela, Salvador - BA, 40110-040
	Biblioteca Unificada de Saúde (id:85910)	Elevador de Passageiros	Thyssenkrupp	8 pessoas / 600 kg	05	R. Basílio da Gama, 05 - Canela, Salvador - BA, 40110-040
	Biblioteca Unificada de Saúde (id:85911)	Elevador de Passageiros	Thyssenkrupp	8 pessoas / 600 kg	05	R. Basílio da Gama, 05 - Canela, Salvador - BA, 40110-040

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 90050/2025

	Faculdade de Ciências Contábeis	Elevador de Passageiros	Thyssenkrupp	8 pessoas / 600 kg	05	Vale do - Av. Reitor Miguel Calmon, s/n - Canela, Salvador - BA, 40110-100
	Faculdade de Direito (PARADO)	Elevador de Passageiros	Thyssenkrupp	10 pessoas / 750 kg	04	R. da Paz - Graça, Salvador - BA, 40150-140
	Escola de Música	Elevador de Passageiros	Thyssenkrupp	6 pessoas / 450 kg	04	Av. Araújo Pinho, 55 - Canela, Salvador - BA, 40160-060
	Faculdade de Educação	Elevador de Passageiros	Thyssenkrupp	8 pessoas / 600 kg	04	Vale do, Av. Reitor Miguel Calmon, s/n - Canela, Salvador - BA, 40110-100
	Pavilhão de Aulas do Canela	Elevador de Passageiros	Thyssenkrupp	8 pessoas / 600 kg	04	1385, Av. Reitor Miguel Calmon, 1105 - Canela, Salvador - BA, 40110-903
	Centro Interdisciplinar de Energia e Ambiente - CIENAM-1	Elevador de Passageiros	Thyssenkrupp	8 pessoas / 600 kg	04	R. Barão de Jeremoabo, s/n - Ondina, Salvador - BA, 40170-115
	Centro Interdisciplinar de Energia e Ambiente - CIENAM-2	Elevador de Passageiros	Thyssenkrupp	8 pessoas / 600 kg	04	R. Barão de Jeremoabo, s/n - Ondina, Salvador - BA, 40170-115
	Faculdade de Medicina – Terreiro de Jesus	Elevador de Passageiros	Thyssenkrupp	8 pessoas / 560 kg	03	Largo Terreiro de Jesus, s/n - Pelourinho, Salvador - BA, 40026-010
	Escola de Belas Artes – Pavilhão Mendonça Filho	Elevador de Passageiros	Thyssenkrupp	8 pessoas / 600 kg	03	Av. Araújo Pinho, 212 - Canela, Salvador - BA, cep.: 40110-150
	Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia	Elevador de Passageiros	Thyssenkrupp	8 pessoas / 600 kg	03	UFBA - Av. Milton Santos, 500 - Ondina, Salvador - BA, 40170-110
	Faculdade de Comunicação (id:171791)	Elevador de Passageiros	Thyssenkrupp	8 pessoas / 600 kg	03	R. Barão de Jeremoabo, s/n - Ondina, Salvador - BA, 40170-115
	Faculdade de Comunicação (id:171792)	Elevador de Passageiros	Thyssenkrupp	8 pessoas / 600 kg	03	R. Barão de Jeremoabo, s/n - Ondina, Salvador - BA, 40170-115
	Instituto de Humanidades, Artes e Ciências – IHAC (id:702154)	Elevador de Passageiros	Atlas Schindler	12 pessoas / 900 kg	08	Av. Milton Santos - Ondina, Salvador - BA, 40170-110
	Instituto de Humanidades, Artes e Ciências – IHAC (id:702155)	Elevador de Passageiros	Atlas Schindler	12 pessoas / 900 kg	08	Av. Milton Santos - Ondina, Salvador - BA, 40170-110
	Instituto de Ciências da Saúde	Elevador de Passageiros	Atlas Schindler	9 pessoas / 675 kg	06	Av. Reitor Miguel Calmon, s/n - Canela, Salvador - BA, 40231-300
	Instituto de Física	Elevador de Passageiros	Atlas Schindler	8 pessoas / 600 kg	05	R. Barão de Jeremoabo, sn - Ondina, Salvador - BA, 40170-115
	Escola de Administração	Elevador de Passageiros	Atlas Schindler	8 pessoas / 600 kg	04	Avenida Reitor Miguel Calmon s/n Vale do - Canela, Salvador - BA, 40110-903
	Escola de Nutrição	Elevador de Passageiros	Atlas Schindler	9 pessoas / 675 kg	04	R. Basílio da Gama – s/n – Campus Canela, Salvador–BA, 40110-907
	PAF-4	Elevador de Passageiros	Atlas Schindler	9 pessoas / 675 kg	04	R. Barão de Jeremoabo, sn - Ondina, Salvador-BA, 40170-115
	Instituto de Geociências – CPGG (PARADO)	Elevador de Passageiros	Atlas Schindler	8 pessoas / 600 kg	03	R. Barão de Jeremoabo, sn - Ondina, Salvador-BA, 40170-115
2	Laboratório de Física Nuclear	Elevador de Carga	Otis	1.100 kg	02	R. Barão de Jeremoabo, sn - Ondina, Salvador-BA, 40170-115
	Instituto de Letras	Elevador de Passageiros	Otis	8 pessoas / 560 kg	04	R. Barão de Jeremoabo, 147 - Ondina, Salvador-BA, 40170-115
	Instituto de Química	Elevador de Passageiros	Otis	13 pessoas / 980 kg	05	R. Barão de Jeremoabo, sn - Ondina, Salvador-BA, 40170-115
	Palácio da Reitoria	Elevador de Passageiros	Otis	8 pessoas / 630 kg	03	R. Dr. Augusto Viana - Canela, Salvador-BA, 40110-100

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 90050/2025

Faculdade de Farmácia	Elevador de Passageiros	Otis	8 pessoas / 600 kg	03	R. Barão de Jeremoabo, sn - Ondina, Salvador-BA, 40170-115
Escola de Dança	Elevador de Passageiros	Otis	8 pessoas / 600 kg	03	R. Barão de Jeremoabo, sn - Ondina, Salvador-BA, 40170-115
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - PASL	Elevador de Passageiros	Otis	8 pessoas / 630 kg	03	Estrada de São Lázaro, 197 – Federação, Salvador-BA, 40210-730
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - CRH	Elevador de Passageiros	Otis	8 pessoas / 630 kg	03	Estrada de São Lázaro, 197 – Federação, Salvador-BA, 40210-730
Biblioteca Universitária Central Reitor Macedo Costa	Elevador de Passageiros	Otis	8 pessoas / 630 kg	03	R. Barão de Jeremoabo, sn - Ondina, Salvador-BA, 40170-115
PAF-1	Elevador de Passageiros	Otis	8 pessoas / 630 kg	03	R. Barão de Jeremoabo, sn - Ondina, Salvador-BA, 40170-115
PAF-2	Elevador de Passageiros	Otis	8 pessoas / 630 kg	03	R. Barão de Jeremoabo, sn - Ondina, Salvador-BA, 40170-115
PAF-3 (id:L6160)	Elevador de Passageiros	Otis	8 pessoas / 630 kg	04	R. Barão de Jeremoabo, sn - Ondina, Salvador-BA, 40170-115
PAF-3 (id:L6161)	Elevador de Passageiros	Otis	8 pessoas / 630 kg	04	R. Barão de Jeremoabo, sn - Ondina, Salvador-BA, 40170-115
PAF-5 (id:M3840)	Elevador de Passageiros	Otis	8 pessoas / 630 kg	05	R. Barão de Jeremoabo, sn - Ondina, Salvador-BA, 40170-115
PAF-5 (id: M3841) (PARADO)	Elevador de Passageiros	Otis	8 pessoas / 630 kg	05	R. Barão de Jeremoabo, sn - Ondina, Salvador-BA, 40170-115
Biblioteca de Exatas (id:P4292)	Elevador de Passageiros	Otis	8 pessoas / 600 kg	02	R. Barão de Jeremoabo, sn - Ondina, Salvador-BA, 40170-115
Biblioteca de Exatas-P4293 (PARADO)	Elevador de Passageiros	Otis	8 pessoas / 600 kg	05	R. Barão de Jeremoabo, sn - Ondina, Salvador-BA, 40170-115
Biblioteca de Exatas-P4294 (PARADO)	Elevador de Passageiros	Otis	8 pessoas / 600 kg	05	R. Barão de Jeremoabo, sn - Ondina, Salvador-BA, 40170-115
Faculdade de Direito	Elevador de Passageiros	Otis	16 pessoas / 1.120 kg	04	R. da Paz - Graça, Salvador - BA, 40150-140
Instituto de Geociências – Bloco A	Elevador de Passageiros	Otis	8 pessoas / 630 kg	04	R. Barão de Jeremoabo, sn - Ondina, Salvador-BA, 40170-115
Instituto de Geociências – Bloco D	Elevador de Passageiros	Otis	8 pessoas / 630 kg	04	R. Barão de Jeremoabo, sn - Ondina, Salvador-BA, 40170-115
Faculdade de Medicina – Vale do Canela	Elevador de Passageiros	Otis	8 pessoas / 630 kg	06	Av. Reitor Miguel Calmon, S/N - Vale do Canela, Salvador - BA, 40110-100
Instituto de Ciências da Saúde	Elevador de Passageiros	Otis	13 pessoas / 1.000 kg	06	Av. Reitor Miguel Calmon, s/n - Canela, Salvador - BA, 40231-300
Faculdade de Economia	Elevador de Passageiros	Otis	12 pessoas / 840 kg	06	Praça da Piedade, 06 - Dois de Julho, Salvador - BA, 40070-010
Faculdade de Odontologia (PARADO)	Elevador de Passageiros	Otis	16 pessoas / 1.120 kg	09	Av. Araújo Pinho, 62 - Canela, Salvador - BA, 40110-150
Faculdade de Odontologia (PARADO)	Elevador de Passageiros	Otis	16 pessoas / 1.120 kg	09	Av. Araújo Pinho, 62 - Canela, Salvador - BA, 40110-150
Museu de Arte Sacra	Elevador de Passageiros	Otis	6 pessoas / 450 kg	03	R. do Sodré, 28 - Dois de Julho, Salvador - BA, 40060-240
Centro Interdisciplinar de Energia e Ambiente - CIENAM-3	Elevador de Passageiros	Elenort	8 pessoas / 600 kg	04	R. Barão de Jeremoabo, s/n - Ondina, Salvador - BA, 40170-115
Faculdade de Arquitetura	Elevador de Passageiros	Villarta	8 pessoas / 600 kg	04	R. Caetano Moura, 121 - Federação, Salvador - BA, 40210-905

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 90050/2025

	Faculdade de Economia	Elevador de Passageiros	(Modernizado Infolev)	12 pessoas / 840 kg	06	Praça da Piedade, 06 - Dois de Julho, Salvador - BA, 40070-010
	Instituto de Matemática e Estatística	Elevador de Passageiros	(Modernizado Infolev)	6 pessoas / 450 kg	03	R. Barão de Jeremoabo, s/n - Ondina, Salvador - BA, 40170-115
	Coordenação de Material e Patrimônio	Elevador de Passageiros	Bass	8 pessoas / 560 kg	02	R. Barão de Jeremoabo, s/n - Ondina, Salvador - BA, 40170-115
	Campus Anísio Teixeira – Instituto Multidisciplinar de Saúde – Prédio Administrativo	Elevador Panorâmico de Passageiros	Otis	10 pessoas / 800 kg	05	Rua Homindo Barros, 58 - Quadra 17, Lote 58 CEP: 45.029-094 - Candeias, Vitória da Conquista - BA
	Campus Anísio Teixeira – Instituto Multidisciplinar de Saúde - Pavilhão de Aulas	Elevador de Passageiros	Bass	8 pessoas/ 600 kg	02	Rua Homindo Barros, 58 - Quadra 17, Lote 58 CEP: 45.029-094 - Candeias, Vitória da Conquista - BA
	Campus Anísio Teixeira – Instituto Multidisciplinar de Saúde - Pavilhão de Laboratórios	Elevador de Passageiros	Bass	8 pessoas/ 600 kg	02	Rua Homindo Barros, 58 - Quadra 17, Lote 58 CEP: 45.029-094 - Candeias, Vitória da Conquista - BA
	Campus Anísio Teixeira – Instituto Multidisciplinar de Saúde – Auditório	Plataforma de Elevação Motorizada para Pessoas com Mobilidade Reduzida	RD	275 kg	02	Rua Homindo Barros, 58 - Quadra 17, Lote 58 CEP: 45.029-094 - Candeias, Vitória da Conquista - BA
3	Instituto de Matemática e Estatística – Auditório	Plataforma de Elevação Motorizada para Pessoas com Mobilidade Reduzida	Thyssenkrupp	2 pessoas / 250 kg	02	R. Barão de Jeremoabo, s/n - Ondina, Salvador - BA, 40170-115
	Escola de Belas Artes – Casarão	Plataforma de Elevação Motorizada para Pessoas com Mobilidade Reduzida	Thyssenkrupp	2 pessoas / 250 kg	02	Av. Araújo Pinho, 212 - Canela, Salvador - BA, 40110-150
	Faculdade de Direito	Plataforma de Elevação Motorizada para Pessoas com Mobilidade Reduzida (até 2 m)	Daiken	325 kg	02	R. da Paz - Graça, Salvador - BA, 40150-140
	Faculdade de Direito	Plataforma de Elevação Motorizada para Pessoas com Mobilidade Reduzida (até 4 m)	Daiken	325 kg	02	R. da Paz - Graça, Salvador - BA, 40150-140
	Hospital de medicina veterinária e Zootecnia – HOSPMEVZ	Plataforma de Elevação Motorizada para Pessoas com Mobilidade Reduzida (até 4 m)	Villarta	2 pessoas / 275 kg	02	Av. Milton Santos, 500 - Ondina, Salvador - BA, 40170-110

Pró-reitora de Assistência Estudantil – PROAE	Plataforma de Elevação Motorizada para Pessoas com Mobilidade Reduzida (até 4 m)	Villarta	2 pessoas / 275 kg	02	R. Caetano Moura, 140 - Federação, Salvador - BA, 40210-341
Instituto de Biologia – Anexo	Plataforma de Elevação Motorizada para Pessoas com Mobilidade Reduzida (até 4 m)	Montele	2 pessoas / 275 kg	02	R. Barão de Jeremoabo, 668 - Ondina, Salvador - BA, 40170-115
Coordenação de Convênios e Contratos Acadêmicos - CCConv	Plataforma de Elevação Motorizada para Pessoas com Mobilidade Reduzida (até 2 m)	Montele	2 pessoas / 275 kg	02	Rua João das Botas, nº 27/29, Canela. CEP: 40.110-160, Salvador - BA
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências - IHAC	Plataforma de Elevação Motorizada para Pessoas com Mobilidade Reduzida (até 4 m)	Montele	2 pessoas / 275 kg	02	Av. Milton Santos - Ondina, Salvador - BA, 40170-110
Palácio da Reitoria – Entrada	Plataforma de Elevação Motorizada para Pessoas com Mobilidade Reduzida (até 2 m)	(modernizado)	250 kg	02	R. Dr. Augusto Viana - Canela, Salvador-BA, 40110-100
Biblioteca Unificada de Saúde	Monta-Carga de Livros	Hardee	100 kg	03	R. Basílio da Gama, 05 - Canela, Salvador - BA, 40110-040

- 9.37. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;
- 9.38. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 9.39. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 9.40. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 9.41. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 9.42. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
- 9.43. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

9.44. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

9.45. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.46. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

9.47. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.48. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

9.48.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.48.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.48.3. florestas plantadas; e

9.48.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.49. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

9.49.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

9.49.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

9.49.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.49.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.50. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

9.50.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou

do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.50.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.50.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.50.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.50.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.50.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.50.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.50.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.51. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.51.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.51.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

9.52. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.53. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.54. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.55. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.56. O CONTRATADO obriga-se a proceder à juntada ulterior da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), nos termos dos arts. 1º e 2º da Lei nº 6.496, de 1977, e/ou do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme os arts. 45 e 46 da Lei nº 12.378, de 2010, e/ou do Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), de acordo com os arts. 16 e 19 da Lei nº 13.639, de 2018, relativos aos serviços de engenharia, arquitetura ou técnica industrial, respectivamente, para fins de identificação da responsabilidade técnica pela execução contratual, em observância à Súmula TCU nº 260.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*

10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

10.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

10.7. *O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

10.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

10.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

10.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13.12. A extinção baseada no desempenho técnico será precedida de notificação formal, garantindo-se a Contraditória e a Ampla Defesa, devendo a fiscalização apresentar o histórico de medições e as glosas aplicadas que comprovam a ineficiência na prestação do serviço.

13.13. A extinção do contrato com base nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA à aplicação da multa compensatória prevista na cláusula de sanções administrativas, sem prejuízo das glosas já efetuadas nas faturas mensais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [Esfera1 / SUMAI (153825)];
- II) Fonte de recursos: [1000000000];
- III) Programa de trabalho: [229845];
- IV) Elemento de despesa: [339039]; e
- V) Plano interno: [M8282G0100N]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em *Salvador- Estado da Bahia*, Seção Judiciária deo *Estado da Bahia* para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



MINUTA DE CONTRATO Nº 34/2026 - NUMEL/COMAN (12.01.08.21.07)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado eletronicamente em 22/05/2026 09:37)

EDUARDO LUIZ BONECKER SIQUEIRA

ENGENHEIRO-AREA
COR/SUMAI (12.01.08.22)
Matrícula: ###643#9

(Assinado eletronicamente em 21/05/2026 17:04)

JOAO LACERDA NOGUEIRA NETO

TEC EM TELECOMUNICACAO
NUMEL/COMAN (12.01.08.21.07)
Matrícula: ###088#8

(Assinado eletronicamente em 25/05/2026 09:05)

JOMAR FADIGAS CERQUEIRA

TECNICO EM EDIFICACOES
NUMEL/COMAN (12.01.08.21.07)
Matrícula: ###712#7

Visualize o documento original em <https://sipac.ufba.br/public/documentos/> informando seu número: **34**, ano: **2026**,
tipo: **MINUTA DE CONTRATO**, data de emissão: **21/05/2026** e o código de verificação: **209177e24b**